Docusign Envelope ID: 55CB3870-5C06-8112-80A2-AD45606AA023

PRAVALER S.A.

CNPJ/MF nº 04.531.065/0001-14

pravaler.com.br

Mensagem da Administração

O Pravaler S.A. atua como gestor de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) voltados ao financiamento de alunos do ensino superior privado no Brasil. A Sociedade consolida em suas demonstrações financeiras os quatro FIDCs dos quais detém controle, além da Workalove, empresa adquirida em 2023. O ano de 2025 consolidou a consistência e execução do plano acordado em um cenário macroeconômico desafiador, marcado por elevação acentuada da taxa básica de juros. Pautados em nossa missão de ampliar o acesso à educação no Brasil, direcionamos nossos esforços para a expansão robusta da base de ativos, para o fortalecimento da plataforma tecnológica e para a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito. Os resultados do exercício refletem essa estratégia: A carteira bruta de direitos creditórios cresceu 28%, passando de R$1,62 bilhão para R$2,07 bilhões, com originação de mais de R$1,0 bilhão em novos contratos no ano. Houve melhora no perfil de risco dos créditos originados. O Ativo Total consolidado atingiu R$2,83 bilhões, crescimento de 17,5% sobre 2024. Investimos R$18,1 milhões no desenvolvimento da nossa plataforma de crédito estudantil - um crescimento de 54% frente ao exercício anterior - reforçando nosso compromisso com inovação e eficiência operacional. O Lucro Líquido consolidado do exercício foi de R$ 4,5 milhões (versus R$66,5 milhões em 2024). Essa variação é explicada, fundamentalmente, pelo aumento significativo do custo de carregamento dos FIDCs, ou seja, a remuneração das cotas seniores e mezanino, bem como o resultado com instrumentos financeiros derivativos impactado pela volatilidade da curva de juros. Esses efeitos, embora relevantes no resultado contábil, não comprometem a geração de caixa operacional nem a liquidez da Companhia. Reflexo da confiança da Administração na solidez financeira e na capacidade de geração futura, a Sociedade deliberou distribuição de R$60 milhões em dividendos e R$2,7 milhões em juros sobre capital próprio no exercício. O Patrimônio Líquido encerrou o período em R$ 386,1 milhões. Estes resultados sustentam ganhos de escala e posicionam o Pravaler de forma privilegiada para os próximos ciclos. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo engajamento e dedicação, às Instituições de Ensino parceiras pela confiança no programa Pravaler, e aos nossos investidores e cotistas pelo compromisso contínuo com nosso modelo de negócios. Seguiremos focados em nossa agenda de soluções financeiras para o ecossistema educacional, na otimização da experiência dos nossos clientes e na busca pela rentabilidade sustentável.

A Administração.

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação e, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

ATIVO	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	305	204	495	484
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5	82.730	69.543	86.661	74.361
Ativos financeiros ao custo amortizado - Direitos creditórios	6	-	-	919.227	719.024
Outros créditos diversos	7	22.087	10.330	37.284	12.061
Impostos e contribuições a recuperar AC	8	28.949	12.180	29.073	12.310
Derivativos	13	-	-	21.517	14.619
Total do ativo circulante		134.071	92.257	1.094.257	832.859
NÃO CIRCULANTE					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5	-	-	466.324	526.306
Ativos financeiros ao custo amortizado	12	257.197	285.761	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado - Direitos creditórios	6	-	-	1.044.086	794.069
Derivativos	13	-	-	14.686	39.927
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.b	65.348	63.217	65.348	63.217
Investimentos		-	-	8	8
Imobilizado	9	2.755	3.412	2.774	3.434
Intangível	10	144.052	149.061	144.053	149.062
Ativos de direito de uso	17	1.499	1.878	1.499	1.878
Total do ativo não circulante		470.851	503.329	1.738.778	1.577.901
TOTAL DO ATIVO		604.922	595.586	2.833.035	2.410.760

PASSIVO	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE					
Passivos financeiros ao custo amortizado	12	-	-	45.360	177.413
Contas a pagar	14	51.368	28.576	372.404	132.397
Investimentos a Pagar		1.160	1.539	1.160	1.539
Passivo a descoberto	11	1.767	3.592	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	49.780	42.216	49.780	42.216
Valores a pagar de arrendamento	17	1.403	698	1.403	698
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	13.087	13.449	13.579	14.002
Participações nos lucros e resultados a pagar	27	17.418	13.211	17.418	13.211
Dividendos	19.e	20.000		20.000	
Juros sobre capital próprio a pagar	19.e	2.278	21.396	2.278	21.396
Total do passivo circulante		158.261	124.677	523.382	402.872
NÃO CIRCULANTE					
Dividendos	19.e	40.000	-	40.000	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	12	-	-	1.862.983	1.536.979
Derivativos	13	-	-	9	-
Empréstimos e financiamentos	15	18.400	48.024	18.400	48.024
Valores a pagar de arrendamento	17	640	846	640	846
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	1.501	1.592	1.501	1.592
Total do passivo não circulante		60.541	50.462	1.923.533	1.587.441
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19.a	350.562	328.206	350.562	328.206
RESERVAS DE CAPITAL		53.399	47.062	53.399	47.062
Opções outorgadas reconhecidas	19.f	51.222	44.885	51.222	44.885
Ágio na alienação de ações		2.177	2.177	2.177	2.177
RESERVAS DE LUCROS		20.767	78.911	20.767	78.911
AÇÕES EM TESOURARIA		(38.608)	(33.732)	(38.608)	(33.732)
Total do patrimônio líquido		386.120	420.447	386.120	420.447
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		604.922	595.586	2.833.035	2.410.760

Demonstrações dos Resultados

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita de Prestação de Serviços	20	71.053	66.945	72.101	65.768
Custo dos serviços prestados	21	(11.119)	(14.025)	(12.747)	(15.939)
LUCRO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BRUTO		59.934	52.920	59.354	49.829
Receitas financeiras	22	144.112	221.060	460.159	455.754
Despesas financeiras	22	(17.109)	(14.770)	(315.582)	(230.067)
LUCRO DA OPERAÇÃO FINANCEIRA BRUTO		127.003	206.290	144.577	225.687
LUCRO BRUTO		186.937	259.210	203.931	275.516
Despesa de pessoal	23	(93.101)	(101.186)	(97.887)	(106.477)
Despesas gerais e administrativas	24	(68.272)	(58.707)	(83.147)	(73.035)
Equivalência Patrimonial	11	(2.667)	(3.313)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(124)	568	(124)	568
Perda por Impairment	10	(6.337)	-	(6.337)	-
Amortização de intangíveis oriundos de combinação de negócios	10	(13.945)	(4.427)	(13.945)	(4.427)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(184.446)	(167.065)	(201.440)	(183.371)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO		2.491	92.145	2.491	92.145
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(86)	(12.485)	(86)	(12.485)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	2.131	(13.205)	2.131	(13.205)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		4.536	66.455	4.536	66.455
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		165.307.173	161.796.185	165.307.173	161.796.185
Lucro (prejuízo) líquido por ação (centavos por ação)				0,03	0,41

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	4.536	66.455	4.536	66.455
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.536	66.455	4.536	66.455

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.536	66.455	4.536	66.455
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) liquido do exercicio ao caixa liquido gerado pelas				
Atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	3.708	3.084	3.705	3.088
Amortização Mais Valia	13.945	4.427	13.945	4.427
Perda na alienação de imobilizado, baixa de intangível	(8)	-	-	-
Baixa de direito de uso	379	691	379	691
Juros empréstimos	781	13.652	14.432	13.652
Provisão (reversão) de provisão para demandas judiciais e administrativas	(92)	(427)	(92)	(427)
Participação nos lucros	17.418	13.211	17.418	13.211
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.131)	13.204	(2.131)	13.204
Equivalência Patrimonial	2.667	3.313	-	-
Plano de opções de ações	6.337	7.422	6.337	7.422
Redução ao Valor Recuperável de Ativo	6.337	-	6.337	-
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) EM ATIVOS				
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(13.188)	11.802	47.683	(336.635)
Ativos financeiros ao custo amortizado	28.563	(102.010)	-	-
Direitos creditórios	-	-	(450.220)	(174.663)
Derivativos	-	-	18.341	(41.405)
Impostos a recuperar	(16.768)	14.622	(16.764)	14.598
Outros créditos diversos	(13.415)	(2.307)	(25.221)	(4.008)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO EM PASSIVOS				
Obrigações trabalhistas e tributárias	(360)	(1.312)	(423)	(988)
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	193.951	389.853
Derivativos	-	-	9	(8.925)
Participação nos lucros	(13.211)	(12.000)	(13.211)	(12.000)
Contas a pagar	22.792	9.022	240.008	92.696
Investimentos a Pagar	(379)	(379)	(379)	(379)
Juros sobre capital próprio a pagar	2.279	22.195	2.279	22.195
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	50.190	64.667	60.919	62.061
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições do imobilizado	(188)	(396)	(188)	(402)
Aplicações no intangível	(18.129)	(11.777)	(18.129)	(11.776)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	1.660	(2.857)	-	-
Aumento de Investimento Workalove	(4.492)	-	-	-
Caixa líquido (consumido) aplicado nas atividades de investimento	(21.149)	(15.028)	(18.317)	(12.177)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Arrendamentos	499	(1.046)	499	(1.046)
Empréstimos e financiamentos	(23.937)	44.000	30.000	44.000
Juros de empréstimos pagos	(1.537)	(14.086)	(15.624)	(14.086)
Principal de empréstimo pagos	2.632	(53.500)	(50.868)	(53.500)
Juros sobre capital próprio pagos	(2.680)	(25.053)	(2.680)	(25.053)
Aumento de capital	959	2.115	959	2.115
Aquisição de ações em tesouraria	(4.876)	(2.155)	(4.876)	(2.155)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(28.940)	(49.725)	(42.591)	(49.725)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	101	(86)	11	159
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	204	290	484	325
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	305	204	495	484
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	101	(86)	11	159

Demonstrações das Mutações dos Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de capital: Ágio na alienação de ações da Cia.	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2023		326.091	37.463	2.177	9.140	28.320	(31.577)	49	371.663
Aumento de capital	19.a	2.115	-	-	-	-	-	-	2.115
Plano de opções de ações - Outorgas	19.e	-	7.422	-	-	-	-	-	7.422
Aquisição de ações próprias	19.b	-	-	-	-	-	(2.155)	-	(2.155)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	66.455	66.455
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	3.324	63.180	-	(66.504)	-
Juros sobre capital próprio	19.d	-	-	-	-	(25.053)	-	-	(25.053)
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2024		328.206	44.885	2.177	12.464	66.447	(33.732)	-	420.447
Aumento de capital	19.a	22.356	-	-	-	-	-	-	22.356
Plano de opções de ações - Outorgas	19.e	-	6.337	-	-	-	-	-	6.337
Aquisição de ações próprias	19.b	-	-	-	-	-	(4.876)	-	(4.876)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	4.536	4.536
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	227	4.309	-	(4.536)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(1.077)	-	-	(1.077)
Juros sobre capital próprio	19.d	-	-	-	-	(1.603)	-	-	(1.603)
Dividendos		-	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025		350.562	51.222	2.177	12.691	8.076	(38.608)	-	386.120

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Pravaler S.A. ("Sociedade" ou "Pravaler") foi constituído em 29 de junho de 2001, com sede localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7.221 - 21º andar - São Paulo - SP. A Sociedade tem como objeto social a gestão e estruturação de fundos de investimento, gestão de contas a pagar e a receber, prestação de serviços de consultoria, intermediação, agenciamento e análise empresarial e financeira relativas a investimentos ligados ao setor da educação, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação com hospedagem na internet e participação em outras sociedades empresárias. A Sociedade trabalha, principalmente, na gestão do programa de Crédito Universitário -Pravaler. Atualmente, é correspondente bancária do Banco AndBank S.A. e da QI Sociedade de Crédito Direto S.A. Além disto, a Sociedade atua no desenvolvimento de soluções financeiras para alunos e Instituições de Ensino Superior ("IES") privadas, e na gestão de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDCs") e securitização de recebíveis. O Pravaler consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As entidades controladas incluídas na consolidação são:

	Participação % 2025	Participação % 2024
Crédito Universitário I ("FIDC I")	100	100
Crédito Universitário II ("FIDC II")	100	100
Crédito Universitário III ("FIDC III")	100	100
Crédito Universitário IV ("FIDC IV")	100	100
DNA da Educação S.A. ("Workalove")	100	100

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores, além dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026. 2.2. Declaração de relevância: A Administração declara que, até onde é de seu conhecimento, todas as informações relevantes contidas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de (R$) exceto quando indicado de outra forma, que é a moeda funcional da Sociedade, e foram arredondadas para o milhar mais próximo. 2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações. Além disso, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico ou seus valores justos no final de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Sociedade leva em consideração as características e práticas de mercado para a mensuração dos valores destes ativos e passivos. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; • Nota 6 - Ativos financeiros ao custo amortizado - direitos creditórios (incluindo a avaliação do valor recuperável); • Nota 10 - Intangível (incluindo a avaliação do valor recuperável); • Nota 13 - Derivativos; • Nota 16 - Provisões para contingências; • Nota 26 (b) - Imposto de renda e contribuição social diferido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. 2.5. Avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: Com base em premissas, o Pravaler faz estimativas com relação a resultados futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (i) *Impairment* do goodwill e do intangível de vida útil definida: Anualmente, o Pravaler testa eventuais perdas por *impairment* no goodwill e intangível de vida útil definida, de acordo com a prática contábil vigente. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. De acordo com os critérios de mensuração de ativos, a Administração realizou uma avaliação do valor recuperável dos ativos geradores de caixa sobre o investimento realizado na aquisição do Amigo Edu e Workalove. Este estudo consiste em estimar o fluxo de caixa futuro descontado a uma taxa de desconto adequada. O resultado dessa avaliação gerou perdas por *impairment* no ano de 2025 no montante de R$ 6.337 (R$0 de perdas registradas em 2024) no valor contábil dos ativos (ágio e intangíveis relacionados à aquisição da Workalove). As perdas de 2025 foram reconhecidas como uma perda por redução ao valor recuperável na linha Perda por *impairment* na demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. 2.6. Políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. I - IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: • O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. II - Outras Normas Contábeis: • Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). III - Apuração de Resultados: O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Reconhecimento de receita: As principais fontes de receita da Sociedade estão descritas a seguir: • Comissão paga pelas instituições de ensino: valores reconhecidos na rubrica "Rendas com taxas de comissão - Pravaler". • Receitas provenientes de taxa de gestão e cobrança devidos pelos FIDCs, cujas carteiras de crédito são geridas pela Sociedade: valores reconhecidos na rubrica "Taxa de gestão e cobrança". • Resultado financeiro das aplicações em cotas subordinadas dos FIDCs. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Sociedade espera receber em um contrato com o cliente. a) Comissão paga pelas instituições de ensino que estão no programa Pravaler: As IES pagam um valor percentual, definido em contrato, sobre o volume de financiamentos estudantis gerados pela Sociedade para cada uma das instituições de ensino que estão no programa Pravaler. Dessa forma, as receitas são reconhecidas à medida que tais financiamentos são realizados. b) Taxa de gestão e cobrança: São calculadas de acordo com um percentual definido em contrato aplicado sobre o patrimônio líquido dos FIDCs que são geridos pela Sociedade, sendo a receita reconhecida à medida em que ocorre a prestação dos respectivos serviços. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pravaler era gestor das carteiras de crédito dos FIDCs "Crédito Universitário", "Crédito Universitário II", "Crédito Universitário III" e "Crédito Universitário IV". (i) Combinação de negócios: A participação do Pravaler nos lucros ou prejuízos de suas entidades controladas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas entidades controladas é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. (ii) Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento, podendo ainda incluir aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Sociedade. O vencimento é de curto prazo - vide nota explicativa nº 4. (iii) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade quando esta for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Sociedade reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Sociedade reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente: • Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que a Sociedade designe um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial. • Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (designada "descasamento contábil") que surgiria da mensuração dos ativos e passivos ou do reconhecimento dos ganhos e perdas sobre esses ativos e passivos em bases diferentes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, em contas de outros resultados abrangentes. A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nessa categoria nos exercícios findos em dezembro de 2025 e 2024. (iv) Provisão para perdas do valor recuperável dos direitos creditórios: A provisão refere-se as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa dos direitos creditórios, que são os ativos financeiros dos FIDCs avaliados pelo custo amortizado. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são mensuradas pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor da expectativa de recuperação dos direitos creditórios, calculado considerando o percentual de perda esperada por faixa de atraso. O critério de cálculo da provisão para perdas no valor de recuperação dos direitos creditórios adotado pelos FIDCs em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é:

Dias em atraso	FIDCs
A vencer	0,50%
Vencidos até 14 dias	6,35%
Vencidos de 15 a 30 dias	14,55%
Vencidos de 31 a 60 dias	35,00%
Vencidos de 61 a 90 dias	50,80%
Vencidos de 91 a 120 dias	69,90%
Vencidos de 121 a 150 dias	82,00%
Vencidos de 151 a 180 dias	88,00%
Vencidos a partir de 181 dias	100,00%

O objetivo da tabela vigente é refletir a perda histórica efetiva do Fundo suportado por análise atualizada tempestivamente, considerando os tipos de clientes, incluindo contratos renegociados, e as faixas de atraso. Caso algum título esteja vencido há mais de 360 dias, todos os títulos deste devedor são baixados. Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação. A classificação de risco de uma operação de crédito pode ser melhorada após a demonstração de recuperação da capacidade de pagamento do cliente. Para operações renegociadas, que tiveram seus termos contratuais alterados, a classificação de risco original é mantida inicialmente. O aumento para nível de menor risco ocorre apenas após o pagamento de 6 parcelas consecutivas. Um processo similar se aplica a contratos que já haviam sido baixados para perda (Write-Off): após a quitação do saldo devedor e o subsequente pagamento de 6 parcelas em dia, a operação também é aumentada para nível de menor risco. Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. A política de risco de crédito do Pravaler é orientada pelo apetite de risco-retorno da companhia. A política está baseada na percepção de risco dos clientes e em sua capacidade de pagamento. A percepção de risco é obtida por modelos estatísticos (escores) que consideram variáveis internas e de mercado, enquanto a capacidade de pagamento quer entender se a parcela do crédito se encaixa dentro de um comprometimento de renda saudável. Uma vez que o cliente faz parte da carteira do Pravaler, a estimativa de Perdas de Crédito Esperadas reflete a probabilidade do cliente se tornar uma perda de crédito, conforme o estágio (em dia ou em atraso) que ele se encontra. A classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour* score (usado para os clientes com os quais o Pravaler já tem uma relação). As metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão são suportadas pela área de risco de crédito. Além disso, são monitoradas as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada e é estabelecido um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*). As provisões para perdas esperadas são constituídas considerando o risco esperado atrelado a contratos com características similares e antecipando-se a sinais de deterioração, tendo em vista um horizonte de perda adequado ao período restante da conclusão do contrato. Além disso, informações de cenários econômicos e informações públicas com projeções construídas internamente, são utilizadas para determinar e afetar a perda de crédito esperada, adequando patamares de perda às realidades macroeconômicas esperadas. (v) Passivos financeiros: *Classificação como dívida ou patrimônio líquido*: Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Instrumentos patrimoniais: Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Sociedade. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo. • No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Sociedade administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. • For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de "hedge" designado e efetivo. O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se: • Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma. • O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base. • O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de "hedge" designada. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Os passivos da Sociedade relacionados a este tópico são dívidas contratadas pela Controladora, bem como as obrigações com cotistas seniores e mezanino dos FIDCs consolidados em suas demonstrações financeiras. Tais obrigações se originam dos processos de captação de recursos para os FIDCs e possuem uma remuneração definida no ato da subscrição das cotas para estes investidores. Estes saldos são classificados entre curto e longo prazo, de acordo com os cronogramas de amortização das cotas seniores e mezanino dos FIDCs. Instrumentos financeiros derivativos: A Sociedade, por meio de seus FIDCs, contrata uma série de instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos de taxa provenientes das variações das taxas CDI e IPCA (maiores informações sobre instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota explicativa nº 13). Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge", em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Sociedade tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Os instrumentos derivativos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los na data de vencimento. (vi) Capital social: Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Ações ordinárias dão direito a voto. Ações preferenciais: As ações preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido quando não são resgatáveis ou quando o resgate ocorre exclusivamente por opção da Companhia, o que é o caso do Pravaler. Tais ações não conferem direito a voto, mas asseguram prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade. (vii) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada, com base na vida útil estimada, pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 09. (viii) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização reconhecida no resultado é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. (ix) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Sociedade identificou a necessidade para reconhecimento de perdas por "impairment" durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.b. (x) Outros ativos e passivos: São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. (xi) Transação de benefícios a empregados: Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Os colaboradores da Sociedade podem celebrar contratos baseados em opções de ações, liquidadas com instrumentos patrimoniais. Os custos destas transações são inicialmente reconhecidos no resultado durante o período em que os serviços foram recebidos em contrapartida ao patrimônio líquido, e mensurados pelo seu valor justo, no momento que os programas de remuneração são outorgados. Esta despesa é registrada no resultado operacional na rubrica "Despesa com plano de opções de ações", conforme nota explicativa nº 23.c. (xii) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Esses impostos são calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 por ano) e contribuição social (9%) sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Sociedade são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal do imposto de renda ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável conforme estudo técnico elaborado pela Sociedade, conforme nota explicativa nº 26. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Sociedade não identificou créditos tributários diferidos não realizáveis. (xiii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: A Sociedade não reconhece ativos contingentes, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. A Sociedade não possui ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas com base na análise individual dos processos, que são classificados por probabilidade de perda provável, possível e remota, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, os quais se utilizam parâmetros como decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, em face de eventuais perdas em montante considerado suficiente pela Administração, sendo que são provisionados somente processos classificados com risco provável de perda. Os totais de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas registrados estão identificados na nota explicativa nº 16. (xiv) Demonstrações dos fluxos de caixa: A Sociedade classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros sobre capital próprio pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem as demonstrações financeiras individuais da Sociedade, dos fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDCs"): "Crédito Universitário" e "Crédito Universitário II", "Crédito Universitário III", "Crédito Universitário IV" e "DNA da Educação S.A." ("Workalove"). Todas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade detinha 100% das cotas subordinadas dos FIDCs, e 100% das ações da Workalove (vide nota explicativa nº 11), consolidando as suas demonstrações financeiras uma vez que estas representam entidades de propósitos específicos nos quais as atividades são conduzidas, substancialmente, em função das necessidades operacionais da Sociedade. Com isso, a Sociedade está exposta a maioria dos riscos e benefícios relacionados aos FIDCs por meio da titularidade de todas as cotas subordinadas. A representatividade dessas sobre o patrimônio líquido dos Fundos está relacionada na nota explicativa nº 12.a. O benefício que a Sociedade tem com sua participação direta nos FIDCs é a rentabilidade das receitas financeiras contabilizadas mensalmente em seu resultado, em contrapartida a exposição oferece riscos de perdas financeiras por inadimplência dos direitos creditórios. As cotas de classe subordinada se subordinam às cotas das classes sênior e mezanino e para efeito de amortização ou resgate. A cota de classe subordinada funciona como uma garantia adicional de recebimento e de rentabilidade para a cota de classe sênior e mezanino. As cotas subordinadas representam uma reserva que absorve, até um certo limite, eventuais riscos de inadimplência. Por esse motivo a Administração entende reter, substancialmente, os riscos e benefícios dessa transação. Entidades controladas são todas as entidades às quais o Pravaler está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo bancário em conta corrente	305	204	495	484

5. ATIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Certificados de depósitos bancários (a)	39.308	13.135	50.539	77.930
Operações compromissadas (b)	7.704	5.438	11.634	10.248
Títulos Públicos LFT (c)	35.718	50.970	490.812	512.489
	82.730	69.543	552.985	600.667
Circulante	82.730	69.543	86.661	74.361
Não circulante	-	-	466.324	526.306

(a) As aplicações em Certificado de Depósitos Bancários são remuneradas por taxas que variam entre 98% e 101% do CDI, para os exercícios findos em 2025 e 2024. (b) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte dos bancos, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos e são registradas na CETIP. (c) A remuneração das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) é de 100% da taxa Selic, acrescida de ágio ou deságio, quando aplicável. Destacamos, a seguir, os emissores dos ativos mencionados anteriormente:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Emissores				
Banco Paulista - CDB	14	25	14	25
Bradesco - CDB	34.230	12.057	34.230	12.057
Itaú - CDB	243	1.053	243	1.053
Santander - CDB	4.821	-	16.052	64.795
Tesouro Nacional - LFT	35.718	50.970	490.812	512.489
Op. Compromissadas	7.704	5.438	11.634	10.248
Total	82.730	69.543	552.985	600.667

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas (nível 1, nível 2 e nível 3) de acordo com o correspondente grau observável do valor justo: • Nível 1: os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível são classificados os Títulos do Públicos do Governo Brasileiro, e outros títulos negociados no mercado ativo. • Nível 2: são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços). A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. • Nível 3: quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Administração utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos financeiros, classificados a valor justo por meio do resultado, estão demonstrados abaixo:

2025

	Controladora Nível 1	Controladora Nível 2	Controladora Total	Consolidado Nível 1	Consolidado Nível 2	Consolidado Total
Ativos financeiros						
Certificados de depósitos bancários	-	39.309	39.309	-	50.539	50.539
Operações Compromissadas	-	7.704	7.704	-	11.634	11.634
Títulos Públicos (LFT)	35.718	-	35.718	490.812	-	490.812
	35.718	47.013	82.731	490.812	62.172	552.985
Circulante	35.718	47.013	82.731	35.718	50.943	86.661
Não circulante	-	-	-	455.094	11.230	466.324

2024

	Controladora Nível 1	Controladora Nível 2	Controladora Total	Consolidado Nível 1	Consolidado Nível 2	Consolidado Total
Ativos financeiros						
Certificados de depósitos bancários	-	13.135	13.135	-	77.930	77.930
Operações Compromissadas	-	5.438	5.438	-	10.248	10.248
Títulos Públicos (LFT)	50.970	-	50.970	512.489	-	512.489
	50.970	18.573	69.543	512.489	88.178	600.667
Circulante	50.970	18.573	69.543	50.970	18.761	69.551
Não circulante	-	-	-	461.519	69.417	530.936

6. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - DIREITOS CREDITÓRIOS

Os direitos creditórios são mensurados ao custo amortizado decorrentes de contratos de empréstimo, oriundos de financiamentos concedidos pelo respectivo cedente aos devedores para o financiamento de matrículas e semestralidades devidas a instituições de ensino. Estes financiamentos referem-se ao pagamento de serviços educacionais prestados aos devedores e que, subsequentemente, são cedidos pelos cedentes aos FIDCs. Na visão consolidada, os títulos mantidos na carteira dos FIDCs são integralmente consolidados pela Sociedade, dado que esta é a única titular das suas cotas subordinadas. **Provisão para perdas do valor recuperável dos direitos creditórios:** A provisão refere-se as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa dos direitos creditórios, que são os ativos financeiros dos FIDCs avaliados pelo custo amortizado. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são mensuradas pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor da expectativa de recuperação dos direitos creditórios, calculado considerando o percentual de perda esperada por faixa de atraso. A Administradora, em conjunto com o Gestor, avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado apresenta redução no valor recuperável. A metodologia de cálculo da Perda de Crédito Esperada ("PCE") fundamenta-se em modelos estatísticos que combinam a probabilidade de inadimplência e o histórico de recuperação para fundamentar a análise prospectiva de risco. Essa avaliação considera as características intrínsecas dos créditos, a estrutura e os gatilhos do Fundo e a expectativa de perda da carteira, tendo como pilares a qualidade do crédito e, quando aplicável, o rating da operação, além da segmentação por setor econômico e análise de concentração por sacado. No processo de monitoramento, aplica-se o conceito de análise consolidada por sacado, denominado efeito vagão, que consiste na avaliação do risco de crédito de forma transversal entre todos os fundos sob gestão e administração comum. Caso um sacado apresente evidências de deterioração de crédito, atrasos ou renegociações em contratos específicos, o impacto na classificação de risco e na respectiva provisão é estendido a todos os demais créditos de mesma natureza e similaridade, independentemente do fundo em que o ativo esteja custodiado, visando garantir que a provisão reflita a real capacidade de pagamento do devedor perante a estrutura de gestão.

Análise dos Saldos dos Direitos Creditórios e Provisão de Perdas por Vencimento (Em milhares de R$)

2025

	Contratos Total	PDD	%	Líquido
00. A vencer e vencidos até 14	1.909.494	(11.438)	0,6%	1.898.056
01. 15-30	42.702	(6.213)	14,5%	36,489
02. 31-60	22.658	(7.930)	35,0%	14,728
03. 61-90	15.573	(7.911)	50,8%	7,662
04. 91-360	75.193	(68.815)	91,5%	6,378
Total Geral	**2.065.620**	**(102.307)**		**1.963.313**

2024

	Contratos Total	PDD	%	Líquido
00. A vencer e vencidos até 14	1.474.163	(15.697)	0,5 a 7,5%	1.458.466
01. 15-30	35.342	(5.142)	14,60%	30.200
02. 31-60	19.004	(6.651)	35%	12.353
03. 61-90	14.045	(7.135)	50,80%	6.910
04. 91-360	76.076	(70.912)	69,9 a 100%	5.164
Total Geral	**1.618.630**	**(105.537)**		**1.513.093**

Os saldos de direitos creditórios são mantidos como ativos financeiros por prazo de até 360 dias. Recebíveis com atraso superior a 360 dias são automaticamente baixados (write-off), mediante sua exclusão do ativo e reconhecimento imediato da perda por crédito no resultado, salvo quando houver expectativa razoável de recuperação comprovada.

7. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Clientes	4.217	964	20.860	5.876
Depósito em garantia	1.762	821	1.762	821
Adiantamentos	3.326	1.774	3.326	1.785
Adiantamentos Workalove (a)	1.562	3.221	-	-
Despesas antecipadas (b)	11.220	3.550	11.336	3.579
	22.087	10.330	37.284	12.061

(a) Saldo referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no valor de R$ 1.561 (R$3.221 em 2024) conforme acordo operacional firmado entre a Sociedade e Workalove para manutenção das operações. (b) O saldo refere-se principalmente a despesas com captação de recursos pagas antecipadamente cuja apropriação das despesas ocorre no tempo, bem como a contratos de fornecedores de tecnologia e outros serviços renovados ao longo de 2025.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	Controladora 2025	Controladora 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	428	208	474	254
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1049	281	1078	310
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	27.050	11.639	27.091	11.689
Contribuição Social Retido na conta - CSRF	-	-	6	5
Programa de Integração Social - PIS	6	9	6	9
Contr. Para o Financ. da Seguridade Social - COFINS	29	43	31	43
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	387	-	387	-
Total	28.949	12.180	29.073	12.310

(a) Imposto gerado, principalmente, a partir do resgate de cotas subordinadas.

9. IMOBILIZADO

a) Composição do ativo imobilizado líquido:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Computadores e periféricos	2.045	2.597	2.045	2.597
Móveis, utensílios, instalações e outros	660	703	679	725
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50	112	50	112
	2.755	3.412	2.774	3.434

b) Movimentação do ativo imobilizado:

Custo	Computadores e periféricos	Móveis Utensílios, instalações e outros *	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.136	2.132	2.014	9.282
Adições	308	74	14	396
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.444	2.206	2.028	9.678
Adições	62	114	20	196
Baixas	-	(8)	-	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.506	2.312	2.048	9.866
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.216)	(1.202)	(1.540)	(4.958)
Despesas de depreciação	(631)	(302)	(376)	(1.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.847)	(1.504)	(1.916)	(6.267)
Despesas de depreciação	(616)	(154)	(83)	(852)
Reversão decorrente de baixa	-	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.463)	(1.650)	(1.999)	(7.111)
Imobilizado líquido	2.043	662	49	2.755
Taxa anual de depreciação	20%	10%	20%	

* A Administração optou por não detalhar a movimentação do ativo imobilizado consolidado, pois esta difere da movimentação da controladora apenas em R$ 19, relativos a móveis e utensílios, instalações e outros em uma controlada, não gerando efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

10. INTANGÍVEL

a) Composição do ativo intangível líquido

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Software / Licenças	44	150	45	151
Plataforma (a)	47.307	31.929	47.307	31.929
Goodwill por expectativa por rentabilidade futura	48.939	54.381	48.939	54.381
Mais Valia	47.762	62.601	47.762	62.601
	144.052	149.061	144.053	149.062

(a) A Sociedade capitaliza os investimentos de desenvolvimento da sua plataforma de crédito estudantil, em linha com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. Com isto, o saldo de R$47.307(R$31.929 em 2024) é composto por R$53.702 (R$35.573 em 2024) adicionados, líquidos de R$6.395 (R$3.644 em 2024) de amortização. A vida útil definida para os desenvolvimentos de plataforma é de 3 (três) anos, em linha com o parágrafo 10 da interpretação contida no CPC 04 (R1). b) O Goodwill em 2025, está composto conforme segue:

	Amigo Edu	Workalove	Total
Custo de aquisição	116.840	16.634	133.474
(+/-) Patrimônio líquido de aquisição	8.569	(112)	8.457
(-) Ativo intangível a valor justo	(59.683)	(11.082)	(70.765)
Impairment	(16.787)	(5.440)	(22.227)
Goodwill	48.939	-	48.939

c) Movimentação do ativo intangível:

Custo	Software*	Plataforma	Goodwill **	Mais Valia***	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.019	23.796	54.381	70.764	149.960
Adições (a)	-	11.777	-	-	11.777
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.019	35.573	54.381	70.764	161.737
Adições (a)	-	18.129	-	-	18.129
Impairment (b)	-	-	(5.440)	(897)	(6.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.019	53.702	48.941	69.869	173.529
Amortização acumulada	**Software***	**Plataforma**	**Goodwill ****	**Mais Valia*****	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(733)	(2.010)	-	(3.735)	(6.478)
Amortização	(137)	(1.634)	-	(4.427)	(6.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(870)	(3.644)	-	(8.162)	(12.676)
Amortização	(106)	(2.752)	-	(13.945)	(16.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(976)	(6.396)	-	(22.107)	(29.477)
Intangível líquido	43	47.306	48.941	47.762	144.052
Taxa anual de amortização	20%	33%	-	Até 20%	20%

* A Administração optou por não detalhar a movimentação do ativo intangível consolidado, pois esta difere da movimentação da controladora apenas em R$ 1, relativos a licenças de software em uma controlada, não gerando efeitos relevantes para as demonstrações financeiras. ** O Goodwill é apurado na aquisição de uma entidade e representa o excesso do valor pago na combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. O Goodwill não é amortizado, mas testado anualmente (ou sempre que houver indicação de perda) quanto à sua recuperabilidade (teste de impairment), de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para fins deste teste, o Goodwill foi alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) "Pravaler Consolidado", que representa o nível mais baixo no qual o Goodwill é monitorado para fins de gestão interna. *** Ativos Intangíveis Identificados em Combinação de Negócios (originados de "Mais-Valia"). Conforme o CPC 15 - Combinação de Negócios, a Companhia alocou parte do preço de compra de aquisições passadas ao valor justo de ativos intangíveis identificáveis, tal como a plataforma tecnológica. Esses ativos são amortizados pelo método que melhor reflete o padrão de consumo de seus benefícios econômicos futuros. Ativo Intangível - Amigo Edu: O intangível é amortizado com base no seu prazo de vida útil estimada, que é de 7 anos. A amortização acompanha a expectativa de geração de receita desta carteira. Ativo Intangível - Workalove: O intangível relacionado à plataforma tecnológica da Workalove é amortizado linearmente ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos. (a) As adições são majoritariamente referentes a desenvolvimento de ferramentas para aprimorar a jornada do usuário e reduzir o tempo de contratação e concessão do crédito, deste saldo, R$5.743 (R$5.924 em 2024) é referente a projetos em andamento. (b) Testes para verificação de *impairment*. Anualmente é feita uma revisão dos ativos não financeiros para determinar se há necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização (impairment). O teste de recuperabilidade é realizado com base no modelo de valor em uso, determinado através do método de fluxo de caixa descontado (FCD). No exercício foram testadas as unidades geradoras de caixa Pravaler, que inclui Amigo Edu, e a controlada Workalove. As projeções de fluxo de caixa são elaboradas a partir do plano de negócio de longo prazo da Companhia, com pelo menos 5 anos de projeção. Na projeção atual do Pravaler, o modelo prevê o crescimento da receita impulsionado pela originação de novos contratos e pela performance da carteira existente. Os custos atrelados à carteira de crédito, como custo de funding e custo de crédito, acompanham a expansão do negócio com ganhos de eficiência ao longo do tempo. Enquanto as despesas operacionais e de pessoal são projetadas para crescerem em linha com a inflação, refletindo a estratégia de eficiência, automação e escala esperados pela Administração. Para a controlada Workalove, a projeção de ganho de receita vem do aumento do ticket pela inflação, e crescimento em novos grupos, enquanto, que para as linhas de despesas é esperada uma redução dada a sinergia de processos e pessoas com o Pravaler. As principais premissas quantitativas que sustentam os modelos são:

Premissa	Pravaler (Amigo Edu)
Taxa de Desconto	19,06% a.a.
Taxa de Crescimento	3,5% a.a.

11. PASSIVO A DESCOBERTO SOBRE INVESTIMENTO

Os investimentos da Sociedade em entidade estão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, que compreende sua participação na controlada. O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação, mais valia identificada em ativos tangíveis e intangíveis da investida e parcela de ágio decorrente da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes pela equivalência patrimonial da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$2.667 (R$3.313 em 2024), apresentado para fins de consolidação na demonstração do resultado, como resultado de participação societária, refere-se a resultado com equivalência patrimonial.

	Workalove 2025	Workalove 2024
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	(3.592)	(279)
Novos Investimentos	4.492	-
Lucro líquido do exercício	(2.667)	(3.313)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	(1.767)	(3.592)
Percentual de participação societária	100%	100%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R$ 1.160 (R$ 1.539 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à parcela final do preço de aquisição da Workalove. Este valor é mantido como garantia para cobrir eventuais perdas e será liberado no terceiro aniversário da transação, sujeito aos termos contratuais. A redução no saldo durante o exercício de 2025 deve-se a uma liberação parcial de R$ 379.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - FIDCS

a) Ativos Financeiros ao custo amortizado: Demonstramos, a seguir, a composição e diversificação das aplicações, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, em cotas subordinadas detidas pela Sociedade dos FIDCs, "FIDC I", "FIDC II", "FIDC III" e "FIDC IV", consolidados pela Sociedade. Os fundos são não exclusivos e as respectivas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 dos FIDCs estão disponíveis no site da CVM. Ressalta-se, ainda, que os FIDCs são fundos estruturados sob a forma de condomínio fechado.

2025

Fundos de investimento	FIDC I	FIDC II	FIDC III	FIDC IV	Total
Caixa e equivalentes de caixa	15	108	21	17	160
Compromissadas/LFT/CDB	329.612	73.581	31.088	35.973	470.254
Direitos creditórios	1.067.762	330.664	416.930	147.958	1.963.313
Diferencial de derivativos a receber (a)	18.039	6.251	7.195	4.595	36.081
Outros valores	8.061	1.507	6.044	815	16.427
Total do ativo	1.423.489	412.111	461.278	189.357	2.486.235
(-) Exigibilidades *	(1.960)	(527)	(318.128)	(81)	(320.695)
(=) Patrimônio líquido	(1.421.528)	(411.585)	(143.150)	(189.276)	(2.165.540)
Total do passivo e PL	(1.423.488)	(412.111)	(461.278)	(189.357)	(2.486.235)
Valor aplicado pela Companhia	172.867	42.020	25.712	16.598	257.197
% de participação no fundo	12,16%	10,21%	17,96%	8,77%	11,88%

2024

Fundos de investimento	FIDC I	FIDC II	FIDC III	FIDC IV	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8	212	9	51	280
Compromissadas/LFT/CDB	370.638	99.098	23.573	37.807	531.116
Direitos creditórios	861.129	271.655	272.860	107.449	1.513.093
Diferencial de derivativos a receber (a)	29.797	8.385	16.363	-	54.545
Outros valores	2.671	553	1.062	377	4.663
Total do ativo	1.264.242	379.903	313.867	145.684	2.103.697
	(657)	(137)	(102.660)	(91)	(103.545)
(-) Exigibilidades *	(1.263.585)	(379.766)	(211.207)	(145.593)	(2.000.151)
(=) Patrimônio líquido	(1.264.242)	(379.903)	(313.867)	(145.684)	(2.103.697)
Total do passivo e PL					
Valor aplicado pela Companhia	172.637	55.620	44.604	12.900	285.761
% de participação no fundo	13,7%	14,6%	21,1%	8,9%	14,3%

(a) Nota explicativa nº 13. * Aquisição de direitos creditórios vinculados ao produto Parcela Fácil, não repassados para a IES dentro do exercício (vide nota 14) e taxas de administração, custódia, demandas judiciais e impostos a recolher. b) Passivos Financeiros ao custo amortizado

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivos financeiros a custo amortizado		
Cotas seniores e mezaninos - FIDC I	1.248.663	1.090.950
Cotas seniores e mezaninos - FIDC II	369.564	324.146
Cotas seniores e mezaninos - FIDC III	117.438	166.603
Cotas seniores e mezaninos - FIDC IV	172.678	132.693
	1.908.343	1.714.392
Circulante	45.360	177.413
Não circulante	1.862.983	1.536.979

O saldo de passivo financeiro a custo amortizado é a soma do patrimônio líquido do FIDC I, FIDC II, FIDC III e FIDC IV, deduzidos os valores aplicados pela Sociedade nestes ativos financeiros ao custo amortizado. A remuneração dos cotistas seniores e mezaninos é baseada no indexador das emissões dos FIDCs, definidos no suplemento das respectivas e poderá ser complementada pelas cotas subordinadas, até o limite destas, sendo vedada a promessa de rendimento predeterminado aos cotistas. A classificação entre os "Passivos circulantes" e "Passivos não circulantes" reflete o cronograma de amortização das cotas.

Indexador	Classe	Sobretaxa 2025	Sobretaxa 2024	Prazo (meses) 2025	Prazo (meses) 2024	Volume 2025	Volume 2024	# Séries 2025	# Séries 2024
CDI	Seniores	1,88%	2,28%	47	47	1.694.076	1.480.171	23	21
IPCA	Seniores	5,69%	5,69%	3	15	7.974	40.639	1	1
CDI	Mezaninos	3,69%	4,40%	48	42	206.293	193.582	25	21
IPCA	Mezaninos	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI	Total	2,07%	2,53%	47,5	46,4	1.900.369	1.673.753	48	42
IPCA	Total	5,69%	5,69%	2,5	14,7	7.974	40.639	1	1

13. DERIVATIVOS

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ajuste diário de futuros a receber	122	739
Diferencial de swaps a receber (a)	36.081	53.807
Total	36.203	54.546

(a) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, avaliados a mercado (Nível 3 de avaliação do valor justo) Swap e DI Futuro: Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade, em suas demonstrações financeiras consolidadas, mantinha contratos de swap (CDIxPRÉ) com valor nocional de R$396.623 (R$686.635 em 2024), que prevê que a Sociedade pague taxa de juros média fixa de 10,96% (10,73% em 2024) e receba 100% CDI sobre o valor nocional. Além disso, mantinha contratos de DI futuro com valor nocional de R$999.750 (R$ 327.174 em 2024), que prevê que a sociedade pague taxa de juros média fixa de 13,48% a.a. (11,29% em 2024) e receba 100% do CDI sobre o valor nocional. Os derivativos (CDIxPRÉ) estão sendo utilizado como "hedge econômico" da exposição às variações do CDI que podem sofrer impactos no resultado da carteira de direitos creditórios, já que esta é pré-fixada e as cotas seniores e mezaninos são pós fixadas. Adicionalmente mantinha contratos de swap (PRÉxIPCA) com valor nocional de R$329.649 (R$ 0 em 2024), que prevê que a Sociedade pague 100% IPCA e receba taxa de juros média fixa de 5,62% a.a. sobre o valor nocional. Os derivativos (PRÉxIPCA) estão sendo utilizado como "hedge econômico" da exposição às variações do IPCA que impactam as correções da carteira de direitos creditórios, já que a correção da carteira pelo IPCA é pós fixada e o passivo está pré-fixados.

Continua...

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2026 22:29:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

Docusign Envelope ID: 55CB3870-5C06-8112-80A2-AD45606AA023

... continuação

PRAVALER S.A. - CNPJ/MF Nº 04.531.065/0001-14

Indexadores (receber x pagar)	Vencimento	2025 Valor de referência	2025 Valor a receber	2025 Valor a pagar	2025 Diferencial líquido	2024 Valor de referência	2024 Valor a receber	2024 Valor a pagar	2024 Diferencial líquido
Swaps - Diferencial a receber									
CDI x Pre	Até 1 ano	208.168	272.166	259.267	12.899	272.800	335.116	320.117	14.999
CDI x Pre	Maior que 1 ano	182.322	235.489	220.898	14.591	382.174	443.386	404.161	39.225
Swaps - Diferencial a pagar									
CDI x Pre	Até 1 ano	6.133	8.923	9.116	(193)	25.528	31.549	31.930	(381)
CDI x Pre	Maior que 1 ano	-	-	-	-	6.133	7.806	7.842	(36)
Swaps - Diferencial a receber									
Pre x IPCA	Até 1 ano	329.649	350.369	341.585	8.784	-	-	-	-
Pre x IPCA	Maior que 1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Futuros - Ajuste diário									
DI1	Até 1 ano	358.129	-	-	27	104.551	-	-	1
DI1	Maior que 1 ano	641.621	-	-	95	222.623	-	-	738
		1.726.022	866.947	830.866	36.203	1.013.809	817.857	764.050	54.546
	Circulante	902.079	631.458	609.968	21.517	402.879	366.665	352.047	14.619
	Não Circulante	823.943	235.489	220.898	14.686	610.930	451.192	412.003	39.927

As perdas (líquidos dos ganhos) com instrumentos financeiros derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram de R$10.189 e em 31 de dezembro de 2024, os ganhos (líquidos das perdas) foram de R$84.082 referente às operações com derivativos (nota explicativa nº 22).

14. CONTAS A PAGAR

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores	11.326	3.666	11.456	3.818
Direitos creditórios a liquidar (a)	-	-	314.747	102.618
Repasses para instituições de ensino (b)	37.424	24.122	37.424	24.122
Rebates (c)	1.589	635	1.589	635
Taxa de gestão e cobrança	(14)	-	164	145
Controladoria e custódia	-	-	225	-
Taxa de administração	-	-	192	359
Compra de ações em tesouraria	87	-	87	-
Receita antecipada a apropriar (d)	-	-	226	214
Outras	956	153	6.294	486
Total	51.368	28.576	372.404	132.397

(a) Aquisição de direitos creditórios vinculados ao produto Parcela Fácil, não repassados para a IES dentro do exercício. Esta modalidade de produto prevê o pagamento de valores para as IES de forma faseada, de acordo com a evolução dos contratos dos alunos que aderiram ao financiamento. O aumento significativo advém do crescimento da significância do produto no portfólio. A Sociedade tem um conjunto de controles para fazer a gestão dos ativos e passivos referente ao produto. (b) Saldo a repassar para instituições de ensino provenientes da modalidade "Gestão", "Gestão Garantido" e "Parcela Fácil" do programa de financiamento estudantil promovido pela Sociedade. Nesta modalidade, os pagamentos dos alunos do programa enquadrados nesta modalidade são recebidos pela Sociedade e repassados para as instituições de ensino, líquidos da comissão pela prestação do serviço. (c) Valor previsto em contrato como compromisso da Sociedade a determinadas instituições de ensino de acordo com diferentes critérios comerciais. (d) Valor proveniente de antecipação do faturamento de clientes da Workalove, prática comum para o modelo de negócio e clientes ativos da empresa.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Garantia	Prazo	Controladora 2025	Controladora 2024
Debêntures	Tx DI + 3,00% a.a.	Sem garantia	06/2025	-	6.674
Notas Comerciais	Tx DI + 2,90% a.a.	Sem garantia	07/2026	21.531	42.349
Capital de Giro	Tx DI + 2,32% a.a.	Sem garantia	01/2026	3.795	11.168
Notas Comerciais	Tx DI + 2,15% a.a.	Sem garantia	07/2027	22.843	30.049
Floating Rate Note	Tx DI + 1,92% a.a.	Sem garantia	12/2027	20.011	-
				68.180	90.240
Passivo Circulante				49.780	42.216
Passivo não circulante				18.400	48.024

Movimentação do saldo	Consolidado/Consolidado 2025	Consolidado/Consolidado 2024
Saldo inicial	90.240	100.173
Captação de empréstimos e financiamentos	30.000	44.000
Pagamento de Principal	(50.868)	(53.500)
Pagamento de juros	(15.624)	(14.086)
Juros provisionados	14.432	13.652
Saldo em 31 de dezembro	68.180	90.240

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que essa classificação está alinhada com o seu modelo de negócios.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade é parte integrante de processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível decorrente de discussões relacionadas com a atividade de gestão do programa Pravaler, além de processos trabalhistas e demandas fiscais. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para os processos com probabilidade de perda provável, para fazer face a eventuais perdas em montante considerado suficiente pela Administração.

Movimentação das provisões	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais Outras	Total
Saldo no final do exercício 2023	1.613	208	198	2.019
Reversões no exercício	(1.526)	(139)	-	(1.665)
Adições no exercício	1.100	138	-	1.238
Saldo no final do exercício 2024	1.187	207	198	1.592
Reversões no exercício	(1.050)	(39)	(182)	(1.271)
Adições no exercício	1.060	120	-	1.180
Saldo no final do exercício 2025	1.197	288	16	1.501

Provisões cíveis referem-se principalmente a litígios relacionados a demandas de créditos não concedidos a estudantes que se inscreveram no Pravaler, inclusão indevida de contratantes no sistema de proteção de crédito, cobranças indevidas e taxas praticadas no programa de financiamento estudantil. A Sociedade espera que as saídas de recursos para quitação das ações ocorram em média em um ano e dois meses. Todos os casos são decorrentes do curso normal de operação da Sociedade. As reversões no montante de R$1.050 são provenientes, principalmente, de pagamentos realizados (acordos e condenações) e êxitos nas ações discutidas em juízo. Provisões trabalhistas referem-se a litígios de terceiros e ex-colaboradores. As reversões no montante de R$39 são provenientes, principalmente, de pagamentos realizados (acordos e condenações) e êxitos nas reclamações trabalhistas discutidas em juízo. Ações judiciais classificadas com probabilidade de perda possível: A Sociedade possui ações judiciais de natureza cível no montante de R$2.607 (R$1.859 em 2024). Devido sua probabilidade de perda possível não se encontram provisionadas. A Sociedade possui ações judiciais de natureza trabalhista no montante de R$1.007 (R$2.205 em 2024). Devido sua probabilidade de perda possível não se encontram provisionadas. Não existem causas de natureza fiscais classificadas com probabilidade de perda possível.

17. ARRENDAMENTO

a) Ativos de direito de uso

Controladora	Edificações
31 de dezembro de 2023	1.942
Ajuste de remensuração	627
Despesa de amortização no exercício	(691)
31 de dezembro de 2024	1.878
Ajuste de remensuração	664
Despesa de amortização no exercício	(1.043)
31 de dezembro de 2025	1.499

O prazo do arrendamento é de oito anos e teve início em junho de 2019 com vencimento em maio de 2027. A carência destes contratos foi de 6 meses, com início do pagamento das contraprestações em janeiro de 2020. Não houve adição de ativos de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025.

b) Valores a pagar de arrendamento

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Em até 1 ano	1.587	1.546
De 2 a 3 anos	661	2.190
De 3 a 4 anos	-	-
	2.250	3.736
Juros a apropriar	(207)	(2.192)
Total	2.043	1.544
Circulante	1.403	698
Não circulante	640	846

A Sociedade não está sujeita a um risco de liquidez significativo com relação aos seus passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são monitorados pela área de Controladoria da Sociedade.

c) Movimentação dos valores a pagar de arrendamento

Controladora	R$
31 de dezembro de 2023	1.962
Ajuste de remensuração	323
Contraprestações pagas	(1.525)
Juros apropriados	784
31 de dezembro de 2024	1.544
Ajuste de remensuração	1.717
Contraprestações pagas	(1.569)
Juros apropriados	351
31 de dezembro de 2025	2.043

d) Valores reconhecidos no resultado

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	(1.043)	(691)
Despesas com juros de passivos de arrendamento	(351)	(784)
	(1.394)	(1.475)

O prazo de depreciação dos ativos de direito de uso segue o vencimento dos contratos em 31/05/2027.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Salários e ordenados	5.350	5.405	5.591	5.684
Encargos trabalhistas e previdenciários	5.208	5.097	5.393	5.304
Empréstimo consignado	327	-	327	-
PIS e COFINS	1.659	1.680	1.670	1.688
IR e CS retidos na fonte	355	101	403	147
Imposto de renda e contribuição social	53	784	53	784
Parcelamentos Tributários	(73)	136	(73)	143
ISS	208	246	215	252
	13.087	13.449	13.579	14.002

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, era de R$350.562 (R$328.206 em 2024), composto pelas ações, sem valor nominal, relacionadas a seguir:

	Quantidade de ações 2025	Quantidade de ações 2024
Ações ordinárias	114.161.128	112.372.252
Ações preferenciais	51.146.045	49.423.933
Total das ações em circulação	165.307.173	161.796.185
Ações preferenciais em tesouraria	2.504.265	3.895.523
Ações ordinárias em tesouraria	4.350.105	2.389.741
Total das ações	172.161.543	168.081.449

Em 23 de dezembro de 2025, houve aumento de capital com efeito de caixa a emissão de 28.785 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$202, aumentando o capital social para R$350.562. Em 24 de abril de 2025, houve aumento de capital social no valor total de R$ 22.356, mediante a emissão de 1.903.400 novas ações ordinárias e 848.477 novas ações preferenciais. Referido aumento compreendeu: (i) R$ 960 decorrentes do exercício de opções de compra de ações; e (ii) R$ 21.396 mediante a capitalização de créditos de juros sobre o capital próprio por acionistas da Sociedade. Com isso, o capital social foi elevado para R$ 350.359. Em 30 de abril de 2024, houve aumento de capital com efeito de caixa mediante a emissão de 143.198 novas ações ordinárias e 113.405 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$908, aumentando o capital social para R$326.998. Em 28 de novembro de 2024, houve aumento de capital com efeito de caixa mediante a emissão de 169.494 novas ações ordinárias e 38.406 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 1.207, aumentando o capital social para R$ 328.206. As ações ordinárias possuem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição dos dividendos. Conforme o seu estatuto social, a Sociedade está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 23.548.585 novas ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previsto em lei e nas disposições do estatuto social da Sociedade. b) Ações em tesouraria: Em dezembro de 2025, a Sociedade efetuou a recompra de 114.524 ações ordinárias e 454.582 ações preferenciais no valor total de R$4.764. Em abril de 2025, a Sociedade efetuou a recompra de 13.219 ações preferenciais no valor total de R$112. Em dezembro de 2024, a Sociedade efetuou a recompra de 13.219 ações preferenciais no valor total de R$112. Em novembro de 2024, a Sociedade efetuou a recompra de 64.000 ações preferenciais no valor total de R$544. Em outubro de 2024, a Sociedade efetuou a recompra de 17.000 ações preferenciais no valor total de R$144. Em junho de 2024, a Sociedade efetuou a recompra de 154.430 ações preferenciais no valor total de R$1.313. c) Reserva legal/ retenção de lucros/ lucros (prejuízos) acumulados: A reserva legal é constituída, anualmente, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em decorrência do lucro contábil do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve constituição de reserva legal neste exercício em R$227, totalizando o saldo de R$12.691 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 12.464 em 2024). A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e não distribuídos ou destinados, visando atender o plano de desenvolvimento de negócios da Sociedade, em linha com o orçamento de capital proposto pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. O lucro contábil de R$ 4.536 do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (lucro de R$66.455 em 2024) foi utilizado primeiramente para o pagamento de juros sobre capital próprio em R$2.680 (R$25.053 em 2024), e o lucro restante de R$1.856 foi absorvido pela reserva de retenção de lucros neste exercício, totalizando o saldo de R$8.076 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 66.447 em 2024). d) Ajustes e avaliações patrimoniais: A Sociedade não manteve instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado abrangente, portanto, não apurou ajustes a valor de mercado em suas demonstrações financeiras de 2025 e de 2024. e) Juros sobre capital próprio e dividendos: O Estatuto Social da Sociedade assegura aos acionistas o direito de pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio até o limite da dedutibilidade prevista em lei. Os juros sobre capital próprio a título de remuneração do capital próprio, são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, condicionado à existência de lucros, auferidos antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros e lucros acumulados. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios conforme estabelecido no regulamento da Sociedade é de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme estabelece a Lei das S.A. Conforme a determinação do estatuto que estabelece a necessidade de lucro no exercício para a aprovação dos juros sobre capital próprio, houve deliberação de valores referentes a essa rubrica para o exercício de 2025 de R$ 2.680 (R$ 25.053 em 2024), conforme previsto no estatuto da Sociedade. Além disso, houve deliberação de R$ 60.000 em dividendos para o exercício de 2025 (não houve deliberação em 2024). O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, será imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, caso aplicáveis, conforme quadro a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.536	66.455
Apropriação à reserva legal	(227)	(3.324)
Lucro líquido do exercício ajustado	4.309	63.131
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	1.077	15.783
Juros sobre capital próprio aprovados, líquido de impostos Imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	2.278	21.396
Total da distribuição por ação (em centavos)	0,01	0,13

(a) O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios conforme estabelecido no regulamento da Sociedade é de 25% do lucro líquido ajustado.

f) Reserva de capital: Plano de opção de compra de ações: O Conselho de Administração poderá, até o limite do capital autorizado, outorgar opções de compra de ações aos executivos, administradores e empregados da Sociedade. Conforme as disposições da Lei nº 11.638/07, o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, a Sociedade reconheceu em suas demonstrações financeiras os custos proporcionais das outorgas de opção de compra de ações vigentes no exercício o valor de R$6.337 (R$7.422 em 2024), incluídos na rubrica de despesas de pessoal, totalizando em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R$51.222 de opções reconhecidas (R$44.885 em 2024). A redução dos custos entre os exercícios comparados se deu principalmente pela saída de membros participantes do programa e redução, exercícios e redução nas outorgas nos anos recentes. O preço do exercício das opções é atualizado monetariamente pela variação do IPCA somente entre a data em que o beneficiário efetivamente adquire o direito ao exercício da opção e a data da efetiva subscrição, dependendo do plano de opções outorgado. Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas: O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações (data de assinatura dos contratos), com base no modelo "Black & Scholes", registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário efetivamente adquire o direito ao exercício da opção ("vesting period"). Este modelo é calculado com base em premissas como o valor justo da ação da Sociedade na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Sociedade, a taxa de juros livre de risco, o prazo de vigência do contrato, o IPCA e "vesting period". Os participantes dos planos de opções, ao venderem as ações exercidas, caso a recompra seja feita pela Sociedade, poderão receber valor de referência que é determinado pelo Conselho de Administração, com exceção à ocorrência de algum evento de liquidez junto à Sociedade, quando as ações serão avaliadas pelo preço de tal evento. A despesa dos planos é registrada tendo como vigência o período da prestação do serviço até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção ("vesting period"). A data de validade refere-se ao prazo, após a aquisição do direito ("vesting period") em que o beneficiário pode exercer suas opções. Todas as outorgas, atualmente, possuem uma data de validade de 10 anos. Os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações estão em vigor em 31 de dezembro de 2025:

Faixa de Preço de Exercício (R$) na outorga	31/12/2025 Quantidade de Opções em Aberto	Vida Contratual Remanescente Média Ponderada (Anos)
R$ 1,10 - R$ 1,80	5.436.521	1,9
R$ 1,81 - R$ 2,40	1.500.000	3,1
R$ 2,41 - R$ 5,76	4.762.947	8,0
R$ 5,76 - R$ 8,50	4.640.377	10,8
Total	16.339.845	6,3

Em 31 de dezembro de 2025, existiam 12.698.745 (11.341.728 em 2024) opções de ações passíveis de exercício, ou seja, atingiram seu "vesting", porém ainda não foram exercidas. Caso essas opções fossem exercidas, em 31 de dezembro de 2025, os atuais acionistas seriam diluídos de 7,13% (7,01% em 2024) de sua participação. Todas as opções de ações possuem período de carência antes de serem exercidas.

Movimentação das opções de ações nos exercícios de 2025 e 2024:

	31/12 /2025 Quantidade de opções de ações	31/12/2024 Quantidade de opções de ações
Saldo inicial	16.462.243	15.713.166
Opções concedidas	1.520.000	1.820.000
Opções exercidas	(264.504)	(426.097)
Opções Canceladas/ Baixadas	(1.377.894)	(644.826)
Saldo final	16.339.845	16.462.243

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas de prestação de serviços				
Rendas com taxas de comissão - Pravaler (a)	70.077	58.374	70.077	58.374
Taxa de gestão e cobrança (b)	11.112	13.371	9.283	9.150
Comissão da Antecipação Parcela Fácil (c)	197	-	197	-
Receita SaaS (d)	-	-	3.081	3.253
Outros (e)	278	2.777	278	2.777
Total receita bruta	81.664	74.522	82.916	73.554
Imposto sobre serviços	(4.066)	(3.638)	(4.144)	(3.722)
PIS/ COFINS sobre faturamento	(5.591)	(4.078)	(5.717)	(4.203)
Despesas com rebate	(954)	139	(954)	139
Total deduções da receita bruta	(10.611)	(7.577)	(10.815)	(7.786)
Receita operacional líquida	71.053	66.945	72.101	65.768

(a) Receita pela intermediação no recebimento de mensalidades dos alunos e repasse dos valores para as instituições de ensino. (b) Valor cobrado pela prestação do serviço de gestão e cobrança dos FIDCs que a Sociedade detém as cotas subordinadas. (c) Receita de serviços proveniente da intermediação para antecipação do Parcela Fácil às instituições de ensino (d) Receita das operações da Workalove. (e) Receita de Marketplace, Provas Digitais e Tarifa de cadastro do Gestão Garantido.

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Cobrança e cadastro	2.900	2.865	2.900	2.865
Processamento de dados	600	749	600	749
Serviço de Captação	177	2.812	177	2.812
Taxa de custódia	-	-	1.628	1.914
Serviços atendimento	4.944	4.562	4.944	4.562
MGM e Afiliados	2.498	2.678	2.498	2.678
Outros custos operacionais	-	359	-	359
Total	11.119	14.025	12.747	15.939

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas financeiras				
Receitas financeiras com direitos creditórios	-	-	485.720	409.461
(-) Despesas com provisão para redução	-	-	3.230	(12.259)
Recuperação de créditos	-	-	2.673	11.120
Write-off	(3.362)	(1.440)	(84.232)	(69.167)
Receitas de Aplicações Financeiras (a)	148.422	230.450	63.304	40.467
Resultado com derivativos - swap	-	-	(10.985)	63.318
Resultado com derivativos - DI	-	-	796	20.764
Receitas Antecipação Parcela Fácil (b)	2.099	-	2.099	-
Outras receitas financeiras	2.555	1.361	3.156	1.362
Variação monetária	2.654	1.658	2.654	1.657
(-) PIS/ COFINS sobre receitas financeiras	(8.256)	(10.969)	(8.256)	(10.969)
Total	144.112	221.060	460.159	455.754
Despesas financeiras				
Remuneração Cotistas Seniores (c)	-	-	(273.767)	(194.203)
Juros Empréstimos	(11.708)	(13.652)	(11.714)	(13.660)
Descontos concedidos	-	-	(24.242)	(20.588)
Outras despesas financeiras	(5.401)	(1.118)	(5.859)	(1.616)
Total	(17.109)	(14.770)	(315.582)	(230.067)
Resultado financeiro líquido	127.003	206.290	144.577	225.687

(a) Receitas financeiras com títulos de renda fixa e fundos de investimentos. (b) Receita de juros proveniente da intermediação para antecipação do Parcela Fácil às instituições de ensino. (c) Despesas financeiras com cotistas seniores e mezaninos - FIDCs

23. DESPESA DE PESSOAL

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Salários e ordenados	35.274	41.578	37.482	44.188
Encargos sociais (a)	15.152	17.559	16.045	18.584
Provisões trabalhistas (b)	3.379	4.520	4.077	5.185
Benefícios	8.751	8.738	9.527	9.493
Participação nos lucros	15.383	13.211	15.383	13.211
Remuneração Variável (c)	9.571	10.027	9.777	10.265
Indenizações	5.029	5.191	5.029	5.191
Treinamentos	326	266	326	265
Outras despesas com pessoal	236	96	241	95
Total	93.101	101.186	97.887	106.477

(a) INSS e FGTS sobre folha de pagamento. Contempla valores de FGTS rescisório dos desligados. (b) Provisões de férias, 13º salário e respectivos encargos. (c) Plano de opções, gratificações, incentivos a longo prazo e bônus.

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Serviços Profissionais e Consultorias	23.763	19.458	24.348	20.099
Marketing e Publicidade	22.874	19.813	22.894	20.050
Processamento de dados	9.710	10.264	9.710	10.264
Despesas de comunicações	131	227	139	240
Agente de cobrança	-	-	7.180	6.542
Taxa de administração e controladoria	-	-	2.783	2.090
Ocupação e Instalações	2.195	1.140	2.198	1.150
Depreciação e Amortização	3.708	3.083	3.712	3.086
Material de Consumo e Suprimentos	717	560	717	560
Despesas com Viagens	4.567	3.762	4.653	3.818
Rating	-	-	635	1.474
Taxa de fiscalização CVM	-	-	610	665
Despesas Legais e Judiciais dos Fundos	-	-	245	225
Outras despesas administrativas	607	400	3.323	2.773
Total	68.272	58.707	83.147	73.036

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas com direitos creditórios	-	350	-	350
Tarifas bancárias	(176)	(152)	(176)	(152)
Bonificações de fornecedores	-	50	-	50
Outras receitas (despesas)	52	320	52	320
Total	(124)	568	(124)	568

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Saldos correntes: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. A Sociedade apurou em 2025 lucro fiscal no valor de R$1.541 (lucro de R$38.305 em 2024) para IRPJ e R$1.541 (R$38.305 em 2024) para CSLL.. Reconciliação de despesas com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Consolidado/ Controladora 2025	Consolidado/ Controladora 2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.491	92.145
Imposto de renda à alíquota nominal (34%)	(847)	(31.329)
Plano de opções de compra de ações - outorgas	(2.155)	(2.523)
Participação nos lucros e bônus	(69)	153
Lei do bem	4.931	2.466
Juros sobre o capital próprio	911	8.518
Juros Sobre Leasing	(294)	(164)
Equivalência Patrimonial	(907)	(1.126)
Correção monetário crédito tributário	350	563
Amortização intangível de vida útil definida & Goodwill	967	(1.505)
Base de cálculo negativa	(410)	(13)
Benefícios sobre folha	268	515
Outros	(700)	(1.245)
Imposto de renda e contribuição social	2.045	(25.690)
Corrente	(86)	(12.485)
Diferido	2.131	(13.205)
	2.045	(25.690)
Alíquota efetiva	-82,09%	27,88%

b) Composição do imposto diferido sobre as diferenças temporárias

	Consolidado/ Controladora 2025	Consolidado/ Controladora 2024
Diferenças temporárias		
Provisão de PLR a pagar	17.418	13.211
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.501	1.592
Provisão de fornecedores	8.312	3.339
Impairment	23.124	16.787
Ágio	72.053	81.466
Outras diferenças temporárias	3.403	2.737
Base imposto diferido sobre diferenças temporárias	125.811	119.132
Imposto de renda sobre diferenças temporárias 25%	31.453	29.783
Imposto de renda sobre Prejuízo Fiscal 25%	16.567	16.670
Contribuição social sobre diferenças temporárias 9%	11.323	10.722
Contribuição social sobre base negativa 9%	6.005	6.042
Total de impostos sobre diferenças	65.348	63.217
A ser recuperado em até 12 meses	23.800	18.700
A ser recuperado depois de 12 meses	41.548	44.517

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Sociedade possui a política de remunerar seus colaboradores anualmente por meio de plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), que tem por objetivo o aumento da produtividade e melhora constante dos resultados econômico e financeiro da mesma. Para alguns colaboradores, esta remuneração é feita em uma periodicidade menor, dependendo do cargo e cumprimento das metas. Com base nos critérios estabelecidos pela Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor provisionado para o pagamento de PLR foi de R$17.418 (R$13.211 em 2024).

28. PARTES RELACIONADAS

A tabela a seguir apresenta o valor total das operações que tenham sido celebradas com partes relacionadas para cada data de reporte apresentada. A Sociedade, conforme descrito na nota explicativa nº 3, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era gestora dos FIDCs e controladora da Workalove recebendo taxa de gestão e cobrança com relação ao serviço prestado a estes fundos, além de deter cotas subordinadas dos FIDCs.

	Controladora 2025 Ativo	Controladora 2025 Passivo	Controladora 2025 Resultado	Controladora 2024 Ativo	Controladora 2024 Passivo	Controladora 2024 Resultado
Crédito Universitário						
Investimentos em cotas subordinadas (a)	172.867	-	-	172.637	-	-
Resultado com cotas subordinadas	-	-	77.222	-	-	135.670
Rendas com taxa de gestão e cobrança	-	-	1.286	-	-	2.270
Crédito Universitário II						
Investimentos em cotas subordinadas (a)	42.021	-	-	55.620	-	-
Resultado com cotas subordinadas	-	-	20.038	-	-	38.290
Rendas com taxa de gestão e cobrança	-	-	378	-	-	639
Crédito Universitário III						
Investimentos em cotas subordinadas (a)	25.712	-	-	44.604	-	-
Resultado com cotas subordinadas	-	-	46.902	-	-	47.155
Rendas com taxa de gestão e cobrança	-	-	-	-	-	128
Crédito Universitário IV						
Investimentos em cotas subordinadas (a)	16.598	-	-	12.900	-	-
Resultado com cotas subordinadas	-	-	13.736	-	-	1.940
Rendas com taxa de gestão e cobrança	-	-	166	-	-	20
Workalove (b)						
Investimentos	(1.767)	-	-	(3.592)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.562	-	-	3.221	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(2.667)	-	-	(3.313)

(a) Vide nota explicativa nº 12. (b) Vide nota explicativa nº 11

29. REMUNERAÇÃO DOS PRINCIPAIS ADMINISTRADORES

A Sociedade considera pessoal-chave de sua Administração os membros do Conselho de Administração e os administradores eleitos pelo Conselho de Administração, em consonância com o estatuto da Sociedade, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Sociedade. A Sociedade não oferece benefícios pós emprego ou outros benefícios de longo prazo.

	Controladora/ Consolidado 2025	Controladora/ Consolidado 2024
Proventos e Benefícios	5.596	5.363
Incentivo de Longo Prazo	2.748	2.536
PLR	2.138	2.822
Total	10.482	10.721

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade está exposta, basicamente, a riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros, entre os quais: I. Riscos de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte de um instrumento financeiro deixe de cumprir suas obrigações contratuais. A Inadimplência pode advir dos Devedores e dos Devedores Solidários. Caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Devedores e dos Devedores Solidários, a rentabilidade da carteira do Fundo dependerá da cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos pelo Agente de Cobrança Extraordinária. Na hipótese de referida cobrança não ser bem-sucedida, poderá haver perdas ao patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente, podendo inclusive ocorrer a perda do principal. Além disso, o Agente de Cobrança Extraordinária pode, nos termos da Política de Cobrança, renegociar Direitos Creditórios inadimplidos, podendo, inclusive, realizar acordos, renegociar, conceder descontos e alterar o prazo de pagamento, inclusive através de alterações no prazo de pagamento dos boletos relacionados aos Direitos Creditórios inadimplidos, o que pode reduzir o valor esperado dos Direitos Creditórios e trazer prejuízos ao Fundo. A Sociedade possui um departamento de Riscos que atua constantemente para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através de monitoramento e alinhamento direto com a alta Administração da Sociedade. A exposição máxima ao risco de crédito está demonstrada nas notas explicativas nº 4, nº 5 e nº 6. II. Riscos de liquidez: Risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Sociedade não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos. O Fundo se enquadra como um investimento estruturado e de baixa liquidez, devendo os potenciais investidores avaliarem minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo ou que podem tornar o investimento ilíquido. No Brasil, o mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios apresenta baixa liquidez. Portanto, caso, por qualquer motivo, seja necessária a venda dos Direitos Creditórios, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo. Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros não derivativos (passivos financeiros ao custo amortizado) são considerados como de curto e longo prazo. A Sociedade mantém recursos de liquidez imediata para gestão de suas obrigações. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, incluindo os títulos e valores mobiliários, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, bem como com os fundos das quais é gestora, reduzindo assim sua exposição ao risco de liquidez.

Controladora - Fluxos futuros não descontados

Ativos	1 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Caixa e equivalentes de caixa	305	-	-	-	-	305
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	82.731	-	-	-	-	82.731
Outros créditos	4.205	-	509	17.373	-	22.087
Impostos a recuperar	28.948	-	-	-	-	28.948
Total	116.189	-	509	17.373	-	134.071

Passivos	1 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas e tributarias	13.087	-	-	-	-	13.087
Bonificações a pagar	-	17.418	-	-	-	17.418
Contas a pagar	51.368	-	-	-	-	51.348
Empréstimos e financiamentos	27.770	2.400	7.410	12.200	18.400	68.180
Investimentos a pagar	-	-	-	-	1.160	1.160
Passivo a descoberto	-	-	-	-	1.767	1.767
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.278	-	-	-	2.278
Passivos contingentes	-	-	-	-	1.501	1.501
Total	82.125	23.988	11.449	33.086	6.250	156.759

Consolidado - Fluxos futuros não descontados

Ativos	1 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Caixa e equivalentes de caixa	495	-	-	-	-	495
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	86.661	-	-	-	466.324	552.985
Ativos financeiros ao custo amortizado - Direitos creditórios	178.125	160.460	418.655	161.987	1.044.086	1.963.313
Outros créditos	20.862	-	509	15.913	-	37.284
Derivativos	27	21.490	-	-	14.686	36.203
Impostos a recuperar	29.073	-	-	-	-	29.073
Total	315.243	181.950	419.164	177.900	1.525.096	2.619.353

Passivos	1 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas e tributarias	13.579	-	-	-	-	13.579
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	1.908.343	1.908.343
Bonificações a pagar	-	17.418	-	-	-	17.418
Contas a pagar	372.403	-	-	-	-	372.403
Empréstimos e financiamentos	27.770	2.400	7.410	12.200	18.400	68.180
Valores a pagar de arrendamento	234	234	234	701	640	2.043
Investimento a pagar	-	-	-	-	1.160	1.160
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.278	-	-	-	2.278
Passivos contingentes	-	-	-	-	1.501	1.501
Total	413.986	22.330	7.644	12.901	1.930.044	2.386.905

III. Riscos de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação de valores de mercado, tais como taxas de juros, taxas cambiais, preços de ativos, ou ainda de eventos de natureza política, econômica, ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e as Instituições de Ensino estão sujeitos aos efeitos de riscos de mercado. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente, por exemplo, o interesse de investidores na aquisição das Cotas, a liquidação dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e Devedores Solidários e o valor dos Direitos Creditórios e de suas garantias, impactando na rentabilidade da carteira de direitos creditórios. A Sociedade, por meio do Conselho e da Administração acompanha, tempestivamente, a influência dos riscos de mercado. Os instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, aplicações em cotas subordinadas em FIDCs e de Letras Financeiras do Tesouro registrados como títulos disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos, porém, é cotista de FIDCs, que podem se utilizar destes instrumentos para proteção. Análise de sensibilidade: Foi estabelecido um cenário base de expectativa de retorno das aplicações abaixo, utilizando o CDI e a Selic de 31 de dezembro de 2025 (15,00%). Além do cenário base, apresentamos dois cenários com estresse, de 25% e 50% de redução nas taxas CDI e Selic, apresentando os seguintes resultados decorrentes desta análise.

Análise do Ativo:

Controladora

	Saldo contábil	Indexador	Cenário-base	Impacto Cenário 25%	Impacto Cenário 50%
Títulos públicos (LFT)	35.718	Selic	5.358	(1.339)	(2.679)
Operações Compromissadas	7.704	CDI	1.156	(289)	(578)
Certificado de depósitos bancários	39.308	CDI	5.896	(1.474)	(2.948)
	82.730		**12.410**	**(3.102)**	**(6.205)**

Consolidada

	Saldo contábil	Indexador	Cenário-base	Impacto Cenário 25%	Impacto Cenário 50%
Títulos públicos (LFT)	490.812	Selic	73.622	(18.405)	(36.811)
Certificado de depósitos bancários	50.539	CDI	7.581	(1.895)	(3.790)
Operações compromissadas	11.634	CDI	1.745	(436)	(873)
	552.985		**82.948**	**(20.737)**	**(41.474)**

Análise do Passivo:

Controladora

	Saldo contábil	Indexador	Cenário-base	Impacto Cenário 25%	Impacto Cenário 50%
Empréstimos e financiamentos	68.180	CDI	10.227	(2.557)	(5.113)
	68.180		**10.227**	**(2.557)**	**(5.113)**

Consolidada

	Saldo contábil	Indexador	Cenário-base	Impacto Cenário 25%	Impacto Cenário 50%
Empréstimos e financiamentos	68.179	CDI	10.227	(2.557)	(5.113)
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.908.343	CDI	286.251	(71.563)	(143.126)
	1.976.522		**296.478**	**(74.120)**	**(148.239)**

IV. Riscos Operacionais: (i) O Pravaler, como gestor do fundo, faz a verificação do Lastro, na sua integralidade, antes da ocorrência das cessões. Adicionalmente, a Oliveira Trust, como custodiante, realiza a verificação trimestral, através da Auditoria de Lastro e divulga o resultado no Informe Trimestral, disponibilizado para a CVM. Em qualquer dos casos acima, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação dos pagamentos relativos a tais Direitos Creditórios, seja pelos Cedentes, seja pelos respectivos Devedores, o que demandaria tempo, sendo que, ainda, poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. (ii) Não verificação das condições de cessão após a data de oferta de direitos creditórios: A gestora verificará e validará que os direitos creditórios ofertados ao fundo atendem às condições de cessão na data de oferta de direitos creditórios. Na hipótese de, entre a verificação e validação pela gestora das condições de cessão e a data de aquisição e pagamento, ou, ainda, após a aquisição dos direitos creditórios pelo fundo, os direitos creditórios deixarem, por qualquer motivo, de atender a alguma condição de cessão, o fundo poderá ter em sua carteira direitos creditórios que não atendam às condições de Cessão. V. Risco de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A tabela, a seguir, detalha as variações que não afetaram o caixa ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e que, consequentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora/ Consolidado 2025	Controladora/ Consolidado 2024
Aumento de capital via incorporação de juros sobre capital próprio deliberado (nota explicativa nº 19)	21.396	-

32. **EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes no período entre a data de encerramento do balanço patrimonial e a data da autorização para a emissão destas demonstrações financeiras que pudessem alterar, de forma significativa, a situação patrimonial da Sociedade ou que demandassem ajustes ou divulgações adicionais não incluídas nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

Diretoria

Emily Yuky Beraldo Takahashi - Gerente de Contabilidade - CRC SP 337512/O-3
Carlos Roberto Machado Furlan - Diretor Presidente - CPF: 218.762.928-73
Haroldo Blini de Carvalho - Diretor Financeiro - CPF: 282.699.908-76
Rafael Fernandes Piva - Diretor - CPF: 356.124.048-83

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas do
Pravaler S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Pravaler ("Sociedade") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Pravaler S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** ***Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior*:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação de opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026

KPMG **KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6

Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contador - CRC 1SP280836/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2026 22:29:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*